

Os investimentos estrangeiros diretos no agronegócio brasileiro — 2002-08*

Augusto Mussi Alvim**

Silvana Longo Moraes***

Doutor em Economia, Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUCRS
Economista, mestranda em Economia do Desenvolvimento na PUCRS

Resumo

O presente estudo analisa o comportamento dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs) no agronegócio brasileiro. Para atingir este objetivo, aprofunda-se a discussão sobre o comportamento e a distribuição dos investimentos diretos estrangeiros nos estados brasileiros, identificando as estratégias das empresas estrangeiras ao inserirem-se no mercado brasileiro. A partir da discussão sobre as possíveis causas (condicionantes) da mudança do padrão de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, consideram-se as possíveis inter-relações entre o IED, a estrutura de mercado e a concentração agroindustrial no Brasil.

Palavras-chave: IED; agronegócio; mercado brasileiro.

Abstract

The present study intends to analyze the performance of foreign direct investments in the Brazilian agribusiness. To reach this objective we intend to deepen the studies on the main conditioning factors existent in Brazil and other countries of the world, identifying the strategies of the foreign companies when entering the Brazilian market. The next step addresses to deepen the discussion on the effects of the foreign direct investments on the production and the exports, indentifying the possible relationship between FDI, market structure and industrial concentration in Brazil.

Key words: FDI; agribusiness; Brazilian market.

* Este estudo é parte do trabalho desenvolvido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (financiado pelo IICA) que buscou obter e sistematizar as informações sobre os investimentos diretos e suas relações com processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. Artigo recebido em 12 mar. 2012.

Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: augusto.alvim@pucrs.br

*** E-mail: Silvana_Moraes@banrisul.com.br

1 Introdução

A década de 90 do século passado foi um período de intensas mudanças na economia e na agropecuária brasileiras. O processo de abertura comercial e de formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) promoveu uma redução significativa de barreiras tarifárias e não tarifárias, mudando rapidamente a estrutura dos mercados no Brasil. Por sua vez, a estabilização da economia brasileira, iniciada em 1994 com o Plano Real, favoreceu melhor organização e planejamento da atividade econômica no Brasil.

Essas mudanças estruturais na economia brasileira impulsionaram o comércio internacional, o que, por sua vez, estimulou um maior ingresso e participação de capital estrangeiro na economia verde-amarela. Exemplo disso foi o agronegócio brasileiro, que passou a ter uma maior participação de capital estrangeiro. Segundo Benetti (2004), a participação das empresas de propriedade estrangeira nas vendas totais aumentou de 29% para 41,6% entre os triênios 1990-92 e 1998-2000. Para o mesmo período, a participação de mercado das agroindústrias estrangeiras passou de 31,3% para 44,2%.

A globalização pode ser observada na maior parte dos países da América Latina e segue a tendência de fortalecer os sistemas internacionais de produção integrada, incrementando cadeias produtivas globais que definem as suas estratégias de produção e de investimentos conforme as vantagens competitivas de cada região e/ou país.

Diversos fatores podem estar determinando um maior volume de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) no agronegócio, dentre eles: abundância de recursos naturais, baixo preço das terras, reduzido custo de produção, tecnologia disponível, liberalização comercial e financeira e agroenergia.

Com base neste breve panorama sobre a economia e o agronegócio brasileiro, o objetivo geral do trabalho é avaliar os impactos desses investimentos estrangeiros diretos no Brasil sobre o agronegócio brasileiro.

Na primeira parte, são avaliados os principais fatores que estimulam uma maior atração de investimentos estrangeiros para o Brasil no período 2002-08. A seguir, é apresentado o desempenho do agronegócio brasileiro. Na terceira parte, são apresentados os efeitos dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil e as mudanças no agronegócio brasileiro no período em questão. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

A seguir, são apresentados os principais fatores que estimulam uma maior atração de IEDs para o Brasil no período.

2 Fatores que estimulam uma maior atração de investimentos diretos estrangeiros por parte do Brasil

Segundo Gregory e Oliveira (2005), com um ambiente macroeconômico estável, acompanhado de políticas de desregulamentação e privatização, criaram-se as condições para o estímulo ao crescimento de IEDs. As políticas de abertura comercial e de desregulamentação, de estabilização macroeconômica e de privatização implementadas ao longo da década de 90 mudaram o perfil da economia brasileira e viabilizaram uma maior atração de IEDs pelo Brasil.

Os dois processos de abertura comercial e de desregulamentação determinaram mudanças substanciais nos ambientes institucionais e competitivos das cadeias produtivas do leite, do trigo, do café e da cana-de-açúcar, dentre outras. O modelo de expansão da produção agrícola implementado durante a década de 60, baseado em um programa nacional de incentivos e créditos subsidiados, em barreiras comerciais aos produtos internacionais e em incentivos à exportação de produtos agrícolas, esgotou-se na segunda metade da década de 80 (Alvim; Mielitz Netto, 1999).

Com relação ao processo de desregulamentação, destacam-se o fim dos subsídios concedidos à produção e comercialização de produtos agrícolas, a redução dos preços mínimos e o menor volume de crédito concedido. Essas mudanças tiveram por objetivo reduzir a participação do Governo brasileiro na atividade agrícola, reorientando as decisões dos produtores com base no comportamento dos mercados agrícolas (Perosa; Paulillo, 2007).

O Programa Nacional de Desestatização, criado na primeira parte da década de 90 foi organizado para operacionalizar o processo de privatização brasileiro. Inicialmente, os setores recomendados para privatizar foram o de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. Especificamente no setor de fertilizantes, controlado pela Petrofértil, que administrava toda a produção de nitrogenados (Nitrofértil e Ultrafértil) e boa parte dos adubos fosfatados (Fosfértil, ICC e Goiasfértil), a pri-

vatização aconteceu entre 1992 e 1994. Dessa forma, o Governo brasileiro deixou de controlar a oferta e os preços dos insumos agrícolas, também reorientando o setor industrial a montante da agricultura para um mercado com menor participação do Estado brasileiro (Matos Filho; Oliveira, 1996).

A política de abertura comercial, que iniciou em 1990, foi baseada em três aspectos: redução das barreiras tarifárias de forma unilateral; acordos multilaterais firmados junto à Organização Mundial do Comércio (OMC); e formação do Mercosul. Esse processo de abertura comercial propiciou uma redução da tarifa média aplicada brasileira para os atuais 14,6% e tornou mais intensos os fluxos comerciais do Brasil com outros países.

Em 1994, a já iniciada abertura comercial foi acompanhada por um conjunto de instrumentos econômicos definidos pelo Plano Real, para controlar o processo de hiperinflação. O pacote econômico inicialmente adotou medidas como a indexação da economia através da criação da Unidade Real de Valor (URV), a privatização de empresas estatais brasileiras e a âncora cambial (com a manutenção de um câmbio valorizado). Essas medidas permitiram controlar o processo de hiperinflação iniciado na década de 80.

Após 1999, a âncora cambial foi substituída pelas metas de inflação, e a política monetária austera passou a caracterizar as ações do Banco Central brasileiro. A estabilização do crescimento econômico e da inflação conquistada pelo Plano Real foi acompanhada de uma maior taxa de juros real, de um processo de baixo crescimento econômico e da manutenção de uma elevada taxa de desemprego. De uma forma geral, as medidas adotadas no Plano foram responsáveis por criar as condições macroeconômicas adequadas, tornando possível atrair mais IEDs para o Brasil.¹

Na primeira década deste novo século, apesar de não haver mais privatizações, a contínua busca de uma maior inserção internacional, a manutenção de um ambiente macroeconômico estável e a intensificação de políticas de atração de capitais foram aspectos relevantes para entender o contínuo crescimento dos IEDs recebidos pelo Brasil.

Mais especificamente, no estudo da evolução dos IEDs para o setor de agronegócios, devem-se observar outros condicionantes capazes de explicar o comportamento dos investidores em atividades associadas ao agronegócio. Segundo Gregory e Oliveira (2005), dentre esses fatores, podem-se destacar:

- a) a disponibilidade privilegiada de recursos naturais, incluindo terras, reservas florestais, recursos hídricos e minerais;
- b) o tamanho do mercado doméstico brasileiro e a facilidade de acesso a e de comercialização com os países da América Latina;
- c) o ambiente econômico estável;
- d) a perspectiva de crescimento, de acesso à tecnologia e a ganhos de produtividade;
- e) a infraestrutura e a organização da atividade econômica;
- f) as expectativas de maior crescimento do agronegócio brasileiro e de uma conjuntura favorável para a comercialização de produtos agrícolas no mercado internacional (consumo doméstico e internacional em crescimento).

Para os três primeiros aspectos, alguns detalhes devem ser esclarecidos: com relação aos recursos naturais, o Brasil possui uma diversidade e uma importante reserva; especificamente na área agrícola, existe potencial para a abertura de novas áreas, em função de novas tecnologias desenvolvidas para o setor, mas também em função da expansão da área plantada e da possibilidade de ganhos imobiliários a partir do investimento em imóveis rurais.

Já para o segundo aspecto de atração de IEDs, o Brasil tem uma localização estratégica na América Latina que possibilita um acesso direto à maior parte dos países da região, o que possibilita ampliar a capacidade de suprimento das cadeias, fortalecendo o comércio regional e multilateral. Além disso, o mercado consumidor brasileiro tem crescido de forma significativa, nos últimos anos, contribuindo para a criação de um ambiente favorável à produção e aos investimentos.

Por fim, o comportamento positivo das reservas internacionais ao longo do período transmite uma confiança ao investidor estrangeiro de que a economia brasileira está sólida e menos suscetível à volatilidade dos mercados, o que, por sua vez, reflete em um câmbio mais estável ao longo do tempo e na manutenção dos IEDs no País.

3 Desempenho do agronegócio nos estados brasileiros

Nesta seção, são analisados os valores da produção por estado e total para o Brasil. Devido à limitação

¹ No período das privatizações, a maior parte dos IEDs foi para aquisições de empresas já existentes no Brasil.

de informações por parte da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente estão incluídos nesses valores a produção de lavouras permanentes e temporárias, a de carnes e derivados e a silvicultura. As informações referentes à produção de carne bovina, suína e de aves foram obtidas a partir do Anuário da Pecuária Brasileira — Anualpec (2009) e da Associação da Indústria Brasileira Produtora e Exportadora de Carne Suína (2009).

Na Tabela 1, a seguir, é apresentado o valor da produção para o Brasil e para os estados no período 2002-07. Ao longo desse período, o valor total da produção brasileira cresceu cerca de 50%, alcançando um valor total de 196,968 bilhões de reais em 2007.

Dentre os principais estados, em termos de participação no valor total da produção brasileira, têm-se: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina e Bahia. Estes apresentaram uma participação relativa média para o período 2002-07 de 16,1%; 13,3%; 12,1%; 11,7%; 8,3%; 6,5%; 6,2%; e 6,0%, respectivamente.

Tabela 1

Valor da produção agropecuária no Brasil — 2002-07

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ 1.000)		
	2002	2003	2004
Acre	295.332	351.457	355.445
Alagoas	1.316.689	1.274.558	1.349.455
Amapá	96.397	84.985	116.607
Amazônia	661.553	660.505	651.405
Bahia	8.390.041	8.822.340	10.496.220
Ceará	1.808.507	2.131.407	2.074.633
Distrito Federal	413.586	510.982	502.192
Espírito Santo	2.133.129	2.414.065	3.075.644
Goiás	8.824.653	10.398.296	12.219.198
Maranhão	1.829.912	1.901.044	2.182.979
Mato Grosso	9.149.513	13.262.287	18.417.503
Mato Grosso do Sul	6.372.314	8.093.802	8.056.823
Minas Gerais	15.103.291	17.656.524	21.120.473
Pará	2.906.982	3.285.313	3.616.406
Paraíba	868.832	1.083.644	1.070.994
Paraná	17.007.345	23.540.690	24.922.725
Pernambuco	2.527.105	2.671.709	2.881.353
Piauí	542.118	864.656	973.046
Rio de Janeiro	1.305.702	1.390.958	1.624.637
Rio Grande do Norte	729.353	926.987	1.048.633
Rio Grande do Sul ...	15.881.066	22.068.671	21.964.955
Rondônia	1.355.212	1.840.988	1.981.307
Roraima	141.535	181.817	230.908
Santa Catarina	8.329.532	10.098.756	11.307.967
São Paulo	22.523.955	24.611.099	26.348.784
Sergipe	600.482	768.401	734.531
Tocantins	1.008.009	1.448.151	1.663.726
BRASIL	132.122.144	162.344.091	180.988.548

(continua)

Tabela 1

Valor da produção agropecuária no Brasil — 2002-07

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ 1.000)		
	2005	2006	2007
Acre	373.162	348.232	418.414
Alagoas	1.302.339	1.383.550	1.487.382
Amapá	139.011	165.427	193.743
Amazônia	708.513	757.564	738.780
Bahia	9.979.835	9.933.093	12.427.151
Ceará	2.012.163	2.523.354	2.454.313
Distrito Federal	544.596	464.668	569.856
Espírito Santo	3.383.521	3.875.556	4.344.305
Goiás	10.948.766	10.430.958	12.378.626
Maranhão	2.158.353	2.141.950	2.398.050
Mato Grosso	16.777.050	11.397.525	14.875.528
Mato Grosso do Sul	6.853.983	6.714.060	8.136.480
Minas Gerais	20.900.186	22.223.644	24.543.295
Pará	3.686.374	3.990.995	4.602.416
Paraíba	1.073.381	1.230.258	1.181.003
Paraná	21.113.064	20.542.365	26.372.461
Pernambuco	3.076.634	3.296.778	3.678.426
Piauí	993.212	1.004.289	952.834
Rio de Janeiro	1.584.294	1.582.648	1.592.173
Rio Grande do Norte	1.009.211	1.160.063	1.122.294
Rio Grande do Sul ...	16.285.091	18.650.342	22.782.860
Rondônia	2.101.568	2.075.099	2.391.154
Roraima	200.687	199.156	202.244
Santa Catarina	10.614.239	10.042.304	11.986.139
São Paulo	26.163.985	29.760.597	32.403.863
Sergipe	774.579	946.709	1.015.593
Tocantins	1.657.723	1.498.533	1.718.907
BRASIL	166.415.520	168.339.716	196.968.289

FONTE: IBGE (2009).

Já os estados que apresentaram um crescimento maior do que a média nacional (50%) para o período foram: Espírito Santo (103,7%), Amapá (100,98%), Rondônia (76,44%), Piauí (75,76%), Tocantins (70,52%), Sergipe (69,12%), Mato Grosso (62,58%), Minas Gerais (62,50%), Pará (58,32%), Paraná (55,06%) e Rio Grande do Norte (53,88%). Os estados que mais cresceram, em geral, são aqueles onde está havendo uma forte expansão da área agrícola, como, por exemplo, Piauí, Tocantins, Amapá e Rondônia.

No geral, os estados que mais cresceram não correspondem aos com uma maior participação no valor total da produção, à exceção de Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso. Esses dois elementos apresentados são aspectos importantes na decisão dos investidores estrangeiros. Nesse sentido, aspectos como uma maior dinâmica regional voltada ao agronegócio e expectativas de crescimento continuado para futuro podem contribuir para atrair maiores IEDs para o in-

vestimento em atividades relacionadas ao agronegócio.

Nesse sentido, abordam-se a seguir as principais estratégias das cadeias agroindustriais no Brasil, frente a esse cenário regional de crescimento. Segundo Dunning (1988), citado por Fernandes e Campos (2006), as empresas podem adotar três estratégias principais frente a esse cenário apresentado para os estados brasileiros. A primeira delas é a aquisição de recursos específicos para a produção de bens, utilizando tecnologias já desenvolvidas em outros países e voltando suas ações para as exportações. Isso pode constituir-se num dos objetivos dos investidores estrangeiros no Brasil. Voltar-se para a compra de imóveis e aquisição de fatores de produção para a sua atividade voltada ao mercado externo.

A segunda estratégia que pode ser definida é a busca de novos mercados. Esta implica necessariamente o aprendizado para adequar a tecnologia recebida do exterior às características do mercado brasileiro. Nesse caso, os investidores estrangeiros são atraídos pelas características associadas à demanda doméstica por produtos agrícolas.

O terceiro tipo é a compra de empresas nacionais, com o objetivo de aumentar o poder de mercado em termos nacionais e/ou mundial. Esse movimento ocorreu principalmente na década de 1990, com a aquisição de empresas brasileiras por empresas Estrangeiras. Essa estratégia busca aumentar a eficiência nas atividades econômicas, através da obtenção de economias de escala e de especialização dentro da empresa.

Segundo Jank (2000), em função desses investimentos estrangeiros, a maior parte das grandes corporações que dominam o agronegócio mundial vem atuando no mercado brasileiro. O autor afirma que, dentre as principais empresas em expansão no Brasil, no final da década de 90 e no início dos anos 2000, e que, além disso, atuam no processamento e no varejo de alimentos, destacam-se: Unilever, Nestlé, Danone, Parmalat, Bograin, Dreyfus, Doux, Royal Numico, Sodhexo, Carrefour, Ahold e Sonae. Para essas empresas, a estratégia foi a compra de empresas nacionais e a expansão direcionada para o mercado interno.

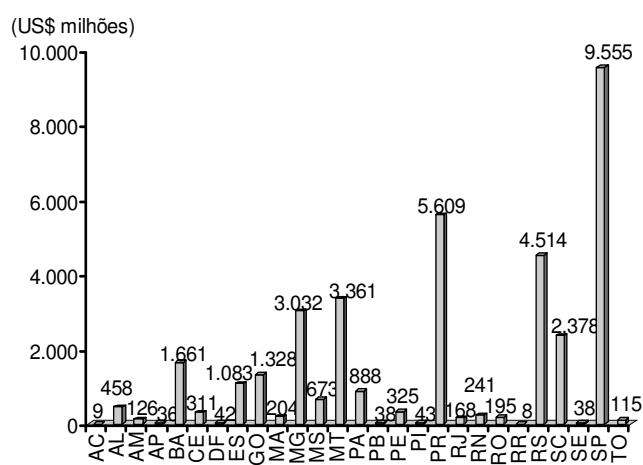
Jank (2000) ainda relata que a expansão das exportações de fumo, frango, suco de laranja, suínos, carne bovina e soja estão associadas à concentração industrial brasileira, a qual foi estimulada pelos IED na década de 90. A participação das empresas estrangeiras nas exportações de fumo, soja, suínos, frango e laranja, por exemplo, chegam a 90%, 51%, 37%, 29% e 20% respectivamente. Cabe ainda lembrar que as

commodities agropecuárias e agroindustriais respondem por mais de 80% do agronegócio brasileiro.

A expansão das exportações do agronegócio brasileiro deu-se de forma concentrada. A exemplo disso, os Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina representaram cerca de 80% das exportações totais brasileiras. O Gráfico 1 apresenta as exportações estaduais médias para o período 2002-07 no Brasil.

Gráfico 1

Média das exportações estaduais do agronegócio no Brasil — 2002-07



FONTE: MDIC (2009).

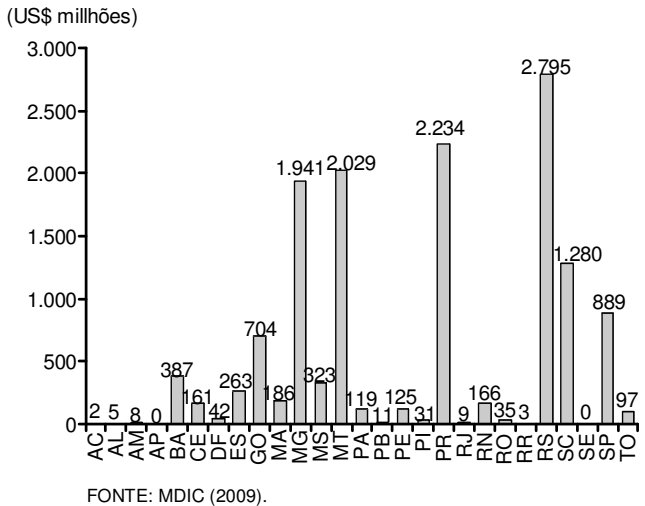
Todavia existe uma diferenciação nas exportações do agronegócio brasileiro que é possível de ser observada quando diferenciada por: (1) produtos primários; (2) produtos com uso intensivo de mão de obra; e (3) produtos com uso intensivo de capital. Os primários incluem todos os produtos agrícolas que são comercializados como matéria-prima para outras indústrias ou produtos *in natura* consumidos diretamente pelo consumidor. Já os produtos com uso intensivo de mão de obra ou de capital são aqueles que já sofreram modificações a partir de processo industrial. No caso dos intensivos em mão de obra, predomina o uso do fator de produção na atividade de beneficiamento do produto, enquanto, para os produtos intensivos em capital, o fator de produção predominante é o capital.

Na exportação de produtos primários, destacam-se os Estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Goiás. Juntos, esses estados reúnem 85,75% das exportações brasileiras de produtos primários (Gráfico 2). Embora o ordenamento, nesse caso, seja alterado em relação ao Gráfico 1, a concentração regional das exportações mantém-se inalterada, com um predomí-

nio das exportações nos estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Gráfico 2

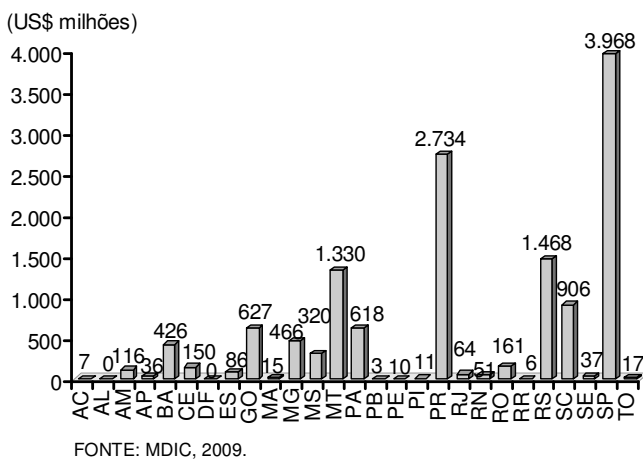
Médias das exportações de produtos primários agrícolas, por estados, no Brasil — 2002-07



As exportações de produtos intensivos em trabalho e em capital são regionalmente mais concentradas. No caso dos produtos intensivos em mão de obra, os principais estados exportadores são: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina. Juntos, esses estados englobam 76,6% das exportações totais de produtos intensivos em mão de obra (Gráfico 3).

Gráfico 3

Média das exportações de produtos de origem agrícola intensivos em trabalho, por estados, no Brasil — 2002-07

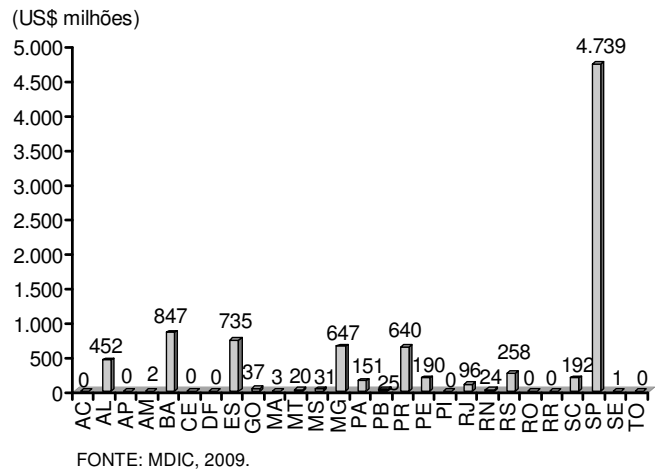


As exportações estaduais de produtos intensivos em capital são ainda mais concentradas. O Estado de

São Paulo é responsável por mais de 50% das exportações totais desse produtos no Brasil (Gráfico 4). Outros estados que possuem uma importante participação são: Bahia (9,32%), Espírito Santo (8,08%), Minas Gerais (7,11%) e Paraná (7,05%).

Gráfico 4

Média das exportações de produtos de origem agrícola intensivos em capital, por estados, no Brasil — 2002-07



Por fim, observa-se que os estados que possuem uma maior participação no valor total da produção agropecuária brasileira são os mesmos estados responsáveis pelas maiores exportações do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, a concentração, em termos de valor da produção da agropecuária brasileira, nos estados das Regiões Sul e Sudeste reflete em maiores exportações pelos mesmos estados. Esse aspecto é fundamental para compreender a razões que explicam a distribuição dos IEDs nos estados brasileiros, conforme é discutido na seção 4.

Na próxima seção, são apresentados outros indicadores que podem condicionar uma maior atração de IED. Esses indicadores também podem avaliar se as maiores produções e exportações agrícolas, bem como a maior atração de IED, tem contribuído para melhorar os indicadores de desenvolvimento econômico.

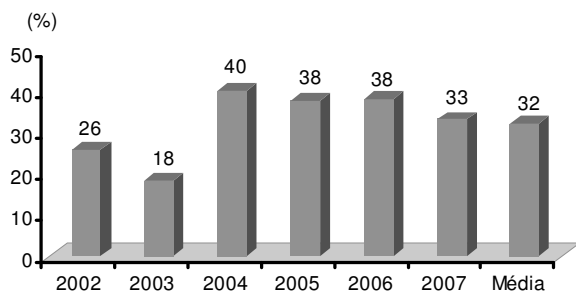
4 Análise descritiva do investimento direto estrangeiro no Brasil

Esta seção tem por objetivo analisar o IED no agronegócio brasileiro no período 2002-08. Inicialmen-

te, é possível identificar que a participação dos IED no agronegócio, em relação ao total de IED recebido pelo Brasil, a partir do Gráfico 5.

Gráfico 5

Média da participação dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs) no agronegócio, em relação ao total recebido de IEDs, no Brasil — 2002-07



FONTE: Banco Central do Brasil, 2009.

Em média, o IED no agronegócio corresponde a 32% do total de investimentos recebido no período 2002-07. Observa-se também que, entre 2004 e 2007, a participação do IED no agronegócio foi reduzida em relação ao total de investimentos.

Em seguida, são selecionados os valores totais de IEDs direcionados às atividades econômicas que compõem o agronegócio brasileiro. São elas:

- agropecuária e serviços diretos na agropecuária;
- pesca e aquicultura;
- agroindústria a montante e a jusante;
- intermediação comercial, comércio atacadista e varejista;
- restaurantes e serviços de alimentação; e
- setor financeiro.

Com relação aos IEDs realizados no Brasil, esses investimentos não são distribuídos de forma equilibrada entre os diversos setores econômicos e estados brasileiros. Em função disso, na Tabela 2 são apresentados os IEDs para atividades selecionadas no período 2002-08, a fim de avaliar quais setores têm recebido uma maior parcela dos investimentos e identificar como têm evoluído esses investimentos ao longo do tempo.

Os setores de agropecuária e de serviços diretos na agropecuária possuem uma reduzida participação no montante total de investimentos recebidos, correspondente a 2,8% e 0,8%, em média, para o período considerado. Embora a participação reduzida, os valores totais recebidos de investimentos por esses setores cresceram de forma significativa, ao longo desse período. Os investimentos na agropecuária passaram

de US\$ 44,8 milhões em 2002 para US\$ 414,5 milhões em 2008. Os IEDs na agropecuária e serviços de apoio ao setor devem estar associados a uma parceria com empresas brasileiras e/ou à aquisição de imóveis rurais no Brasil.

As atividades de indústria, comércio e financeira apresentam maior participação no montante de investimentos realizados. A indústria a montante e a jusante recebeu, em média, o equivalente a 4,0% e 45,6% do total de investimentos. O caso particular da indústria a jusante, além de ser a atividade com a maior participação no volume total de investimentos, cresceu de forma significativa, passando de um total de 1,9 bilhões em 2002 a US\$ 4,1 bilhões em 2008.

Os investimentos nas atividades de comércio atacadista e varejista também possuem uma participação importante no período, porém com oscilações significativas ao longo do mesmo. A média para o período 2002-08 para o comércio atacadista e varejista é de 1,9% e 12,2% do montante total de investimentos. Contudo, para essas atividades não existe uma tendência clara em função das oscilações de investimentos ao longo do período. Por fim, o setor financeiro possui uma participação de 31,6% no total de investimentos, sendo a segunda atividade com maior estoque de investimentos no período de análise. Acompanhando a tendência dos IEDs recebidos pelo Brasil, o setor financeiro apresenta uma tendência de crescimento no período, passando de US\$ 1,16 bilhão em 2002 a US\$ 3,55 bilhões em 2008.

Os IEDs totais no Brasil cresceram 107% nesse período, passando de US\$ 4,33 bilhões em 2002 a US\$ 8,98 bilhões em 2008. Conforme apresentado nas seções iniciais deste estudo, os fatores condicionantes são globais e locais. Em termos internacionais, a conjuntura de crescimento das economias emergentes, associado a uma alta liquidez dos mercados e ao aquecimento dos negócios agropecuários em termos globais, devido a um intenso crescimento da demanda, foram, em parte, responsáveis pelo maior influxo de investimentos no Brasil. Em termos nacionais, a estabilização macroeconômica e as expectativas positivas com relação ao setor de agronegócio brasileiro viabilizaram o maior recebimento de investimentos.

Cabe destacar que os setores que mais receberam investimentos no período são a agroindústria a jusante e os setores varejista e financeiro. A agroindústria e o varejo são setores estratégicos dentro do agronegócio, basicamente porque controlam a comercialização de produtos agrícolas junto ao produtor, conseguem agregar valor aos produtos e possuem o contato direto com os consumidores brasileiros e estrangeiros

(via exportações). Dessa forma, a estratégia de internacionalização das cadeias agrícolas é coordenada por esses segmentos do agronegócio, que, além de possuírem forte influência sobre os preços agrícolas, têm as condições necessárias para redefinir a produção e o desenvolvimento tecnológico de diversas atividades primárias no País.

Por fim, o setor financeiro é um segmento de suporte das atividades do agronegócio brasileiro, financiando as mais diversas atividades produtivas do setor. Devido à escassez de recursos no Brasil e a necessidade dos mesmos para atender uma elevada demanda por investimentos na atividade econômica, esse volume de recursos direcionado no Brasil está de acordo com o esperado frente à conjuntura internacional e brasileira.

O Gráfico 6 permite observar, com clareza, uma síntese da alocação dos IEDs no Brasil, ao longo do período 2002-08. Cabe lembrar que uma parte significativa dos investimentos realizados no Brasil, conforme já assinalado, foram utilizados para compra e fusões de empresas já existentes. Nesse sentido, os investimentos significativos recebidos pela indústria a jusante, comércio varejista e setor financeiro em boa parte resulta do processo de concentração da atividade econômica em um número cada vez mais reduzido de empresas presentes no mercado.

Dentro do setor agropecuário e da indústria a jusante, são destacadas as atividades de relevância regional que mais receberam IED no Brasil. Os IEDs foram direcionados para as seguintes atividades na agropecuária; algodão, aves, café, cana-de-açúcar, carne bovina, carne suína, cereais, frutas cítricas, silvicultura e soja; e para as seguintes atividades na agroindústria a jusante: abatedouro e indústria de carnes, álcool e biocombustíveis, beneficiamento de madeira, fumo, laticínios, malte, cerveja e chope, óleos vegetais, papel e celulose, suco de frutas e usinas de açúcar. Já nos Gráficos 7 e 8, são apresentadas as atividades selecionadas da agropecuária e da agroindústria a jusante que receberam os maiores IEDs no período 2002-08.

Em termos gerais, todos os setores selecionados da agropecuária apresentados no Gráfico 7 cresceram no período de estudo. O algodão foi o setor no qual mais cresceram os investimentos no período, passando de uma situação em que não existia IED em 2002 para US\$ 78 milhões em 2008. Em seguida, foram os cereais, atividade que recebeu, em 2002, cerca de US\$ 266 mil em IEDs, chegando, em 2008, a um montante de US\$ 59,6 milhões. Em terceira posição está a atividade de produção de carne bovina, que, em

2002, recebeu US\$ 4,3 milhões em IEDs e alcançou um montante de US\$ 44 milhões em 2008. Por fim, a atividade associada à produção de aves não apresenta uma tendência clara de crescimento ao longo de todos os anos, como os demais produtos citados, mas passou de um valor investido de US\$ 3,8 milhões em 2002 para US\$ 43,1 milhões em 2008.

O Gráfico 8 apresenta os investimentos na agroindústria a jusante, que tiveram um incremento significativo ao longo do período 2002-08. Em comparação com as demais atividades, a produção industrial de biocombustíveis foi a atividade que apresentou uma tendência clara de crescimento na captação de investimentos estrangeiros no Brasil, sendo esta concentrada preponderantemente nos estados da Região Sudeste. Os IEDs em álcool e biocombustíveis passaram de US\$ 4 milhões em 2002 para US\$ 1,6 bilhão em 2008. O setor produtor de açúcar também seguiu a mesma tendência de crescimento no período, embora com menor intensidade, passando de uma situação onde não recebia investimentos em 2002 para investimentos de cerca de US\$ 800 milhões em 2008.

Os setores de malte, cervejas e chope e de papel e celulose não apresentam uma tendência de crescimento no período, mas receberam valores significativos de IED no período. Nesse sentido, as atividades de malte, cerveja e chope receberam um total de US\$ 8 bilhões, representando 34,5% do total de IED no setor de agroindústria a jusante, no período. Já o setor de papel e celulose recebeu cerca de US\$ 2,7 bilhões, o que representa 11,7% do total de IED no setor de agroindústria a jusante, no período 2002-08.

Como próximo passo é analisado a distribuição dos IEDs por estados da Federação, a fim de identificar se existe um padrão de comportamento dos investidores estrangeiros quanto à distribuição regional. Na Tabela 3, destacam-se os principais estados que receberam IEDs, total em dólares, para o período 2002-08.

O Estado de São Paulo foi o que mais recebeu investimentos, representando uma participação de 76,2% no total investido, o que equivale a US\$ 35,8 bilhões. O segundo estado de destaque na captação de recursos é o Rio de Janeiro, com uma participação média no período de 7,4% e um total de 3,5 bilhões. Os Estados de Paraná, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia também apresentaram uma participação importante na captação de recursos de terceiros países, com uma participação de 3,0%, 2,9%, 2,9%, 2,3% e 1,9% respectivamente. Juntos, esses sete estados captaram 96,6% do total recebido pelo Brasil.

Dessa forma, é possível observar que a atração de investimentos para o Brasil se dá de forma concentrada em termos de estados e de atividades econômicas, o que pode contribuir para aumentar ainda mais as desigualdades regionais e os problemas sociais associados a essas diferenças.

A Tabela 3 permite observar a evolução dessa distribuição dos IEDs nos estados brasileiros, ao longo do período 2002-08. São Paulo, por exemplo, apresenta uma tendência positiva na captação de IEDs, com US\$ 3,1 bilhões em 2002 e atingindo US\$ 6,8 bilhões em 2008 (cresceu 117,9%). A mesma tendência pode ser observada no Estado do Rio de Janeiro, que recebeu US\$ 230,8 milhões em 2002 e alcançou US\$ 939,7 milhões em 2008 (cresceu 307,1%).

Para os Estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia houve um crescimento de

1.656,7%, 1.280,8% e 332,9% respectivamente, enquanto, nos Estados de Paraná e Pernambuco, houve uma redução de 51,4% e 56,2% respectivamente. A média de crescimento dos IEDs no Brasil foi de 108,8%, conforme comentado anteriormente.

Resumidamente, nesta seção foi possível observar o perfil dos investimentos recebidos pelo Brasil em termos de atividades econômicas, localização espacial e distribuição ao longo do tempo. Também foi possível observar que as informações do Banco Central do Brasil precisam contemplar aspectos que permitam verificar uma melhor definição das atividades associadas às áreas adquiridas, preços e parcerias com empresas brasileiras, a fim de que seja possível analisar com uma maior precisão os efeitos dos IEDs na economia brasileira.

Tabela 2

Investimento direto estrangeiro para atividades selecionadas no Brasil — 2002-08

ATIVIDADES E TOTAL	2002		2003		2004		2005	
	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%
Agropecuária	44.814.568,04	1,03	99.801.327,08	5,34	157.682.751,83	2,15	187.283.259,37	3,28
Serviços diretos na agropecuária	22.030.840,14	0,51	77.920.322,29	4,17	41.785.208,55	0,57	59.350.680,54	1,04
Pesca e aquicultura ..	4.059.839,59	0,09	4.183.964,93	0,22	7.570.152,30	0,10	6.362.840,29	0,11
Indústria a montante ...	347.684.413,22	8,03	233.617.945,42	12,49	153.336.208,39	2,09	221.773.607,29	3,88
Indústria a jusante ...	978.490.304,94	45,67	806.783.375,88	43,13	5.591.962.054,61	76,23	2.389.870.141,13	41,85
Intermediação comercial	30.307.111,74	0,70	547.804,24	0,03	717.707,10	0,01	6.455.176,67	0,11
Comércio atacadista	80.007.127,53	1,85	49.721.986,28	2,66	110.318.664,94	1,50	64.655.064,58	1,13
Comércio varejista	571.809.913,86	13,20	135.334.973,13	7,24	405.943.243,43	5,53	1.870.219.052,13	32,75
Restaurantes e serviços de alimentação ..	96.334.159,29	2,22	103.892.072,00	5,55	20.887.852,56	0,28	16.485.807,82	0,29
Setor financeiro	1.156.869.824,58	26,70	358.735.925,27	19,18	845.619.928,96	11,53	887.828.292,74	15,55
Total	4.332.408.102,93	100,00	1.870.539.696,52	100,00	7.335.823.772,67	100,00	5.710.283.922,56	100,00

(continua)

Tabela 2

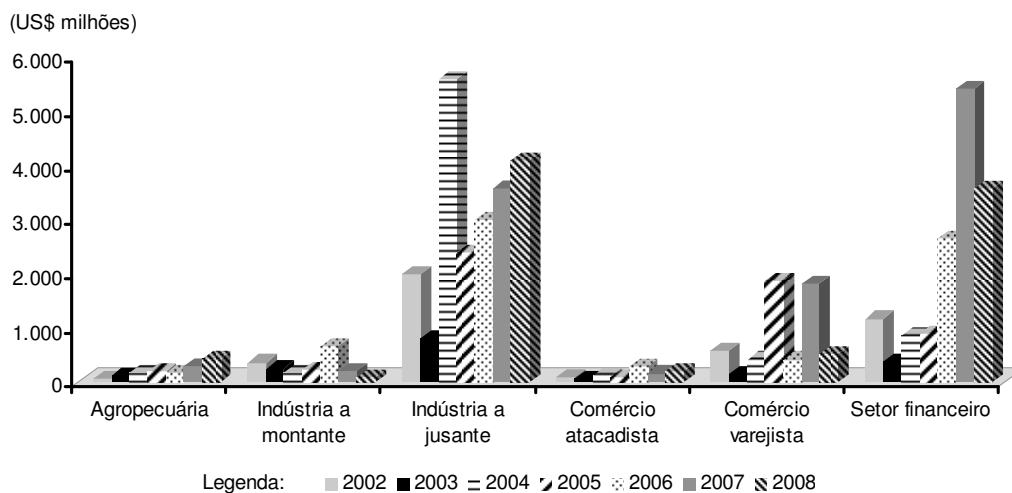
Investimento direto estrangeiro para atividades selecionadas no Brasil — 2002-08

ATIVIDADES E TOTAL	2006		2007		2008	
	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%
Agropecuária	152.459.673,57	2,12	271.244.904,77	2,36	414.504.476,36	4,62
Serviços diretos na agropecuária	58.564.856,09	0,81	45.666.654,19	0,40	83.608.332,36	0,93
Pesca e aquicultura ..	2.616.357,71	0,04	5.974.399,52	0,05	3.281.217,57	0,04
Indústria a montante	661.514.885,65	9,18	187.582.012,29	1,63	76.424.962,77	0,85
Indústria a jusante	2.982.967.648,46	41,41	3.568.217.820,19	30,98	4.087.968.931,07	45,54
Intermediação comercial	1.743.335,57	0,02	-	0,00	-	0,00
Comércio atacadista	282.071.243,53	3,92	145.084.549,65	1,26	191.055.157,16	2,13
Comércio varejista	407.277.417,89	5,65	1.814.843.663,83	15,76	511.594.286,17	5,70
Restaurantes e serviços de alimentação ...	22.355.410,84	0,31	76.149.302,87	0,66	54.337.511,09	0,61
Setor financeiro	2.631.055.993,34	36,53	5.401.730.948,48	46,90	3.554.744.038,45	39,60
Total	7.202.626.822,65	100,00	11.516.494.255,79	100,00	8.977.518.913,00	100,00

FONTE: Banco Central do Brasil, 2009.

Gráfico 6

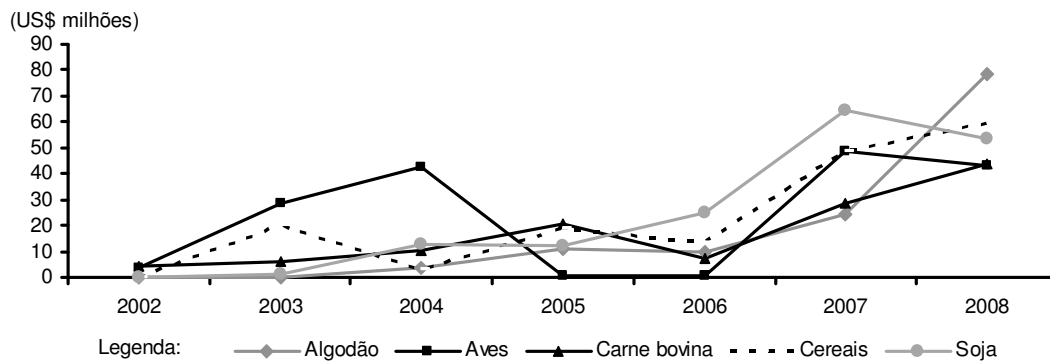
Investimento direto estrangeiro, segundo setores, no Brasil — 2002-08



FONTE: Banco Central do Brasil, 2009.

Gráfico 7

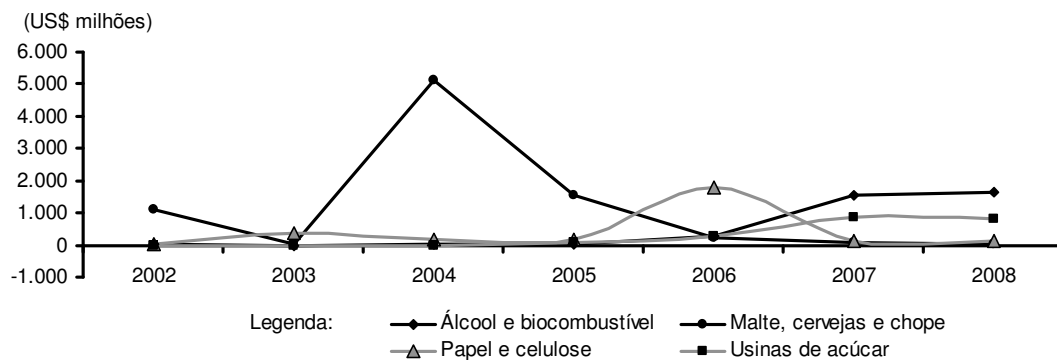
Atividades selecionadas da agropecuária com os maiores investimentos estrangeiros diretos, no Brasil — 2002-08



FONTE: Banco Central do Brasil, 2009.

Gráfico 8

Atividades selecionadas da agroindústria com os maiores investimentos estrangeiros diretos, no Brasil — 2002-08



FONTE: Banco Central do Brasil, 2009.

Tabela 3

Total de investimentos diretos estrangeiros em atividades do agronegócio, por estados, no Brasil — 2002-08

ESTADOS	2002		2003		2004		2005	
	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%
Acre	0		0	0,00	0	0,00	184.882	0,00
Alagoas	2.000.000	0,01	0	0,00	0	0,00	359.945	0,01
Amazonas	5.764.974	0,01	2.140.000	0,11	1.731.387	0,02	12.984.653	0,23
Amapá	98.826	0,00	306.088	0,02	118.909	0,00	1.743.220	0,03
Bahia	15.161.512	0,22	228.249.963	12,20	134.855.447	1,84	137.572.408	2,41
Ceará	4.142.518	0,22	63.730.686	3,41	9.491.516	0,13	7.336.134	0,13
Distrito Federal	20.000	0,05	1.739.508	0,09	556.688	0,01	3.852	0,00
Espírito Santo	10.011.200	0,05	53.120.396	2,84	1.818.857	0,02	2.595.659	0,05
Goiás	24.796.186	0,10	4.669.405	0,25	1.246.055	0,02	8.421.444	0,15
Maranhão	11.672.205	0,01	110.374	0,01	161.654	0,00	220.900	0,00
Minas Gerais	19.445.978	0,65	27.610.373	1,48	15.076.808	0,21	109.151.920	1,91
Mato Grosso do Sul	3.504.510	0,07	2.093.653	0,11	1.227.036	0,02	1.690.374	0,03
Mato Grosso	1.700.082	0,09	1.621.008	0,09	6.542.001	0,09	6.942.117	0,12
Pará	3.069.411	0,02	3.210.596	0,17	11.646.084	0,16	15.523.088	0,27
Paraíba	97.821	0,00	248.045	0,01	237.820	0,00	52.676	0,00
Pernambuco	526.887.399	0,22	61.589.653	3,29	44.734.846	0,61	91.193.634	1,60
Piauí		0,00	430.862	0,02	1.934.211	0,03	2.168.730	0,04
Paraná	299.926.952	11,84	176.958.719	9,46	143.674.730	1,96	149.027.608	2,61
Rio de Janeiro	230.815.012	32,65	40.555.472	2,17	147.405.792	2,01	21.671.040	0,38
Rio Grande do Norte	1.107.513	0,21	1.947.857	0,10	3.873.813	0,05	7.593.292	0,13
Rondônia	369.979	0,02	106.000	0,01	323.000	0,00	216.000	0,00
Roraima	1.073.370	0,14	636.531	0,03	2.715.146	0,04	1.929.509	0,03
Rio Grande do Sul ...	38.565.674	8,23	66.513.583	3,56	264.758.020	3,61	52.026.817	0,91
Santa Catarina	14.733.195	0,94	5.002.238	0,27	28.022.380	0,38	6.476.321	0,11
Sergipe	211.363	0,01	0	0,00	62.503	0,00	487.595	0,01
São Paulo	3.117.163.678	44,27	1.127.308.468	60,27	6.513.318.081	88,79	5.072.710.106	88,83
Tocantins	68.747	0,00	640.221	0,03	290.990	0,00	0	0,00
TOTAL	4.299.457.918	100,00	1.870.539.697	100,00	7.335.807.445	100,00	5.710.283.923	100,00

(continua)

Tabela 3

Total de investimentos diretos estrangeiros em atividades do agronegócio, por estados, no Brasil — 2002-08

ESTADOS	2006		2007		2008	
	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%	Valor (US\$)	%
Acre	54.091	0,00	0	0,00	87.000	0,00
Alagoas	537.662	0,01	797.927	0,01	714.927	0,01
Amazonas	17.025.133	0,24	4.015.048	0,03	8.330.615	0,09
Amapá	47.648.927	0,66	0	0,00	1.030.000	0,01
Bahia	82.158.397	1,14	100.375.316	0,87	209.346.800	2,33
Ceará	11.980.129	0,17	14.324.183	0,12	10.663.881	0,12
Distrito Federal	349.920	0,00	3.209.386	0,03	2.388.514	0,03
Espírito Santo	5.455.895	0,08	3.410.986	0,03	46.483.539	0,52
Goiás	10.275.737	0,14	20.760.036	0,18	96.696.230	1,08
Maranhão	288.949	0,00	5.349.700	0,05	4.239.615	0,05
Minas Gerais	39.441.347	0,55	65.604.749	0,57	158.224.962	1,76
Mato Grosso do Sul	1.196.686.859	16,61	80.842.037	0,70	61.565.043	0,69
Mato Grosso	9.327.655	0,13	38.085.679	0,33	61.293.905	0,68
Pará	16.453.382	0,23	8.585.517	0,07	588.364	0,01
Paraíba	64.785	0,00	15.598.769	0,14	1.090.680	0,01
Pernambuco	221.990.998	3,08	161.355.625	1,40	230.910.874	2,57
Piauí	4.654.184	0,06	4.467.227	0,04	2.027.015	0,02
Paraná	231.685.228	3,22	278.746.521	2,42	145.861.399	1,62
Rio de Janeiro	1.011.638.245	14,05	1.094.636.492	9,50	939.723.543	10,47
Rio Grande do Norte	8.434.350	0,12	7.675.719	0,07	12.044.001	0,13
Rondônia	143.381	0,00	117.000	0,00	215.974	0,00
Roraima	220.000	0,00	126.000	0,00	437.480	0,00
Rio Grande do Sul ...	318.798.364	4,43	169.548.873	1,47	166.958.437	1,86
Santa Catarina	85.748.286	1,19	183.641.206	1,59	16.621.167	0,19
Sergipe	228.890	0,00	0	0,00	150.150	0,00
São Paulo	3.881.299.133	53,89	9.255.043.433	80,36	6.790.809.450	75,64
Tocantins	36.897	0,00	176.828	0,00	9.015.347	0,10
TOTAL	7.202.626.823	100,00	11.516.494.256	100,00	8.977.518.913	100,00

FONTE: Banco Central do Brasil (2009).

5 Conclusões

O estudo mostra que as principais atividades do agronegócio brasileiro estão concentradas em um grupo reduzido de produtos agrícolas, organizados em cadeias agroindustriais com uma significativa inserção internacional em termos comerciais e financeiros.

Para os produtos analisados, observou-se que o Brasil apresenta uma importante participação como exportador no mercado internacional, mas, também devido à elevada produtividade da agricultura brasileira e à escassez de determinados recursos, existe um volume significativo de importação de insumos para a produção de adubos minerais.

Associada a esse ambiente de organização do agronegócio brasileiro, à competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional, à abundância de terras e recursos naturais e a uma conjuntura recente de preços mais elevados, observou-se, no período analisado, uma maior atração de investimentos diretos estrangeiros para o Brasil.

Um efeito marcante dos IED foi sobre o setor agroindustrial brasileiro, com consequências sobre a trajetória de longo do prazo. Conforme discutido, a maior parte do IED no Brasil foi direcionada para o setor agroindustrial a jusante, o qual estimulou, no período, o aumento da concentração agroindustrial e do valor da produção agrícola brasileira.

Um aspecto relevante tratado aqui é a distribuição espacial dos IEDs no Brasil. A maior parte deles foram nos estados das Regiões Sudeste e Sul. Quando se analisam, separadamente, os IEDs direcionados à agroindústria e ao setor de serviços, observa-se que o padrão de concentração mostrou-se ainda maior nos estados da Região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo. Esse aspecto pode ser considerado crítico, na medida em que esse padrão de investimentos no País pode contribuir para piorar as desigualdades regionais brasileiras.

Analisando as principais atividades para as quais estão sendo direcionados os IEDs, observou-se que as associadas a produção de algodão, carne bovina, cereais, soja, biocombustíveis e álcool, açúcar, abate de animais e fabricação de produtos de carne, óleos vegetais e sucos de frutas têm recebido um valor crescente de recursos estrangeiros. Lima (2007) chama atenção para o fato de que estão sendo criados fundos de investimentos com capitais nacionais e estrangeiros para produzir energia. Esse aspecto destacado pelo autor explica, pelo menos em parte, o crescimento exponencial de IEDs direcionados para esse setor, o

que pode ser observado a partir das informações do Banco Central do Brasil.

O mesmo autor sugere que esses recursos devem aumentar a participação acionária estrangeira na compra de terras, no cultivo de cana-de-açúcar e na produção de etanol; e chama atenção que esse modelo tecnológico de produção voltado às exportações irá demandar cada vez mais grandes áreas a serem ocupadas para a produção, sem um maior retorno para as populações rurais.

Por sua vez, a atividade agrícola associada ao modelo tecnológico do agronegócio brasileiro acompanha o uso intensivo de tecnologia (capital), o que, por sua vez, demanda por grandes áreas de produção. Por outro lado, o potencial de valorização das terras brasileiras estimula maiores investimentos em grandes áreas, a expansão da fronteira agrícola através do desmatamento e uma associação mais próxima com os investidores de grandes empresas nacionais e estrangeiras do agronegócio.

Supõe-se que esse comportamento dos IEDs mantenha a tendência de crescimento (a longo prazo) no Brasil, pelas seguintes razões: abundância de terras e recursos naturais, crescente demanda por biocombustíveis, maior demanda por alimentos nos países em desenvolvimento (incluindo o Brasil) e potencial de ganhos financeiros com investimentos no agronegócios.

A seguir, são sintetizados **três pontos** centrais. Quanto ao primeiro aspecto, confirma-se a hipótese de que os investimentos estrangeiros ocorreram de forma mais intensa na agroindústria a montante e a jusante, bem como nos serviços de suporte à comercialização e de financiamento do que na atividade primária brasileira. Nesse caso, os IEDs têm fortalecido a dependência dos agricultores brasileiros à produção de produtos voltados à exportação e uma maior dependência destes às estratégias das empresas globais.

Como segundo aspecto, os investimentos no agronegócio apresentaram uma mudança no período: embora apresentem uma tendência de crescimento ao longo do tempo, está ocorrendo uma alteração qualitativa, principalmente voltada aos setores vinculados à produção de biocombustíveis. Nesse caso, os IEDs estão contribuindo para alterar as atividades agrícolas no Brasil, promovendo a agricultura vinculada à produção de energia, em detrimento das atividades voltadas à produção de alimentos para consumo doméstico.

Por fim, o último ponto chama atenção de que o processo de internacionalização das cadeias produtivas brasileiras, juntamente com os melhores preços das *commodities* e a potencialidade das terras brasi-

leiras para produção de biocombustíveis, tem estimulado a atração de um maior volume de IED.

Referências

ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PRODUTORA E EXPORTADORA DE CARNE SUÍNA (ABIPECS). **Estatística sobre o mercado brasileiro**. São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.abipecs.org.br>>. Acesso: 12 abr. 2009.

ALVIM, A. M.; MIELITZ NETTO, A.. Competitividade do Arroz Gaúcho e seus Condicionantes. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 45-58, mar. 1999. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10578/6260>>. Acesso em: 13 dez. 2012

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA (ANUALPEC). São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2009.

BENETTI, M. D.. A Internacionalização real do agronegócio brasileiro — 1990-03. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior (MDIC). **Estatísticas de Comércio Exterior**: Sistema AliceWeb. 2009. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br>>. Acesso: 20 mar. 2009.

DUNNING, J. H. **Explaining international production**. London: London Unwin Hyman, 1988.

FERNANDES, E. A.; CAMPOS, A. C.. Impactos do Investimento Direto do Exterior — IDE na reestruturação produtiva e mercado de trabalho. In: TEIXEIRA, E. C.; BRAGA, M. J.. **Investimento e Crescimento Econômico no Brasil**. Viçosa: UFV, 2006. P. 301-330.

GREGORY, D.; OLIVEIRA, M. F. B. A. de. **O Desenvolvimento de Ambiente Favorável no Brasil para a Atração de Investimento Direto**. Brasília: Câmara de Comércio Exterior (Camex), 2005. Disponível em:

<<http://www.wilsoncenter.org/events/docs/brazil.atracaodelED.pdf>>. Acesso: 20 mar. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de dados Agregados**. 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 17 abr. 2009.

JANK, M. S.. Agronegócio brasileiro: propostas de política de comércio exterior e de posicionamento na OMC. In: MONTOYA, A. (Ed.); PARRÉ, J. L. (Ed.). **O Agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo: UPF, 2000. V. 2, p. 123-138.

LIMA, P. C. R.. **Biocombustíveis, Renda e Alimentos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. (Consultoria Legislativa, série Estudo 2007).

MATOS FILHO, J. C.; OLIVEIRA, C. W. A.. **O Processo de Privatização das Empresas Estatais Brasileiras**. Brasília: IPEA, 1996. (Texto para discussão do IPEA, n. 422).

MARQUES, V. P. M. de A.. **Investimentos Diretos Estrangeiros 2002-2008** [mensagem pessoal em resposta a pedido de informações.]. Mensagem recebida por <augusto.alvim@puccrs.br> em 23 jan. 2009.

PEROSA, B. B.; PAULILLO, L. F.. Abertura Econômica e Desregulamentação da Cadeia do Trigo no Brasil. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 5-20, jan./jul. 2007.

